

Dívida do setor público já ultrapassa o débito externo

JORNAL DE BRASÍLIA

22 FEV 1986

A dívida líquida interna do setor público brasileiro (União, Estados e municípios) é de US\$ 106 bilhões: em cruzeiros, ela alcança Cr\$ 1,107 — informou ontem o Banco Central que, pela primeira vez, fez os cálculos eliminando a dupla contagem e adotando novos conceitos. Assim, a dívida interna é superior à externa, de US\$ 100 bilhões. Na explicação dos métodos, o BC diz que «a escolha do dólar é conveniente em razão da dívida externa, que representa mais da metade do total, já se expressar nessa moeda e por facilitar comparações no tempo e com outros países».

De acordo com um quadro estatístico, em anexo às explicações de métodos e conceitos, a dívida pública interna e externa vêm caindo em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) nos últimos quatro anos. Quando medida em dólares norte-americanos, a dívida líquida em relação ao PIB era de 24,4% no ano passado. Por estas percentagens, conclui-se que o endividamento interno do setor público está crescendo além da capacidade da economia de gerar recursos para pagá-lo: daí o impasse interno da alta inflação, da expansão do déficit e das taxas de juros.

Duplas contagens

O Banco Central explica que a série histórica apresentada descreve a

evolução do endividamento interno do setor público como um todo, nos níveis federal, estadual e municipal, incluindo tanto a administração direta como empresas e autarquias, inclusive autoridades monetárias. Em seguida, o BC observa que «foram eliminadas duplas contagens na forma de créditos de um órgão que se traduzem em dívida de outro órgão». Assim, «abstraidos os créditos e débitos intra-setor público, obtém-se sua posição líquida de endividamento». Acrescenta que «o segmento das empresas estatais não foram consideradas suas responsabilidades junto ao Banco do Brasil, na forma dos Avisos MS-30, GB-588 etc., mas foram observadas as responsabilidades do Banco no seu correspondente ao endividamento».

Pelo Aviso MF-30, o Banco do Brasil se responsabiliza junto aos bancos credores externos pela dívida vencida e não paga pelos Estados e municípios, enquanto pelo GB-588 o BB faz o mesmo em relação às empresas estatais federais. Acontece que, quando isso ocorre, a contabilidade anterior que era apresentada ao FMI fazia a dupla contagem, envolvendo a dívida dos Estados e Municípios ou estatais federais e também a dívida do Banco do Brasil.

Outros números

Em fins de 1985, a dívida interna líquida dos Estados e municípios atin-

gia US\$ 25,297 bilhões, com um crescimento de 29,4% em relação ao ano anterior na contabilidade por moeda norte-americana. Na conversão em cruzeiros, a dívida somou Cr\$ 264 trilhões (mais 326,5%). Já a dívida externa dos Estados e municípios somava em dezembro do ano passado US\$ 3,961 bilhões. A dívida externa do governo federal ainda em dezembro último foi calculada em US\$ 13,661 bilhões, enquanto que o endividamento externo de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista era calculado em US\$ 54,446 bilhões. Já a dívida externa do setor privado de depósitos registrados em moeda estrangeira no Banco Central é de US\$ 4,545 bilhões. A dívida externa não registrada estava em US\$ 3 bilhões também no final de 1985 — sempre em termos líquidos. Totalizando, a dívida externa pública líquida somou US\$ 79,563 bilhões no ano passado, mas ela abaixa quando são abatidas as reservas internacionais (no conceito de liquidez) de US\$ 11,608 bilhões. Para evitar também a dupla contagem, foram subtraídas igualmente a dívida contraída pelo setor público via Resolução 63 (US\$ 3,385 bilhões) e outras responsabilidades do setor público financeiro (US\$ 2,520 bilhões). Depois de todos os cálculos, a dívida externa pública líquida cai para US\$ 62 bilhões.